

DÍVIDA EXTERNA

ESTADO DE SÃO PAULO

O comitê assessor dos bancos pode ficar maior

Com a ampliação, os negociadores brasileiros pretendem mudar o perfil dos encontros

RAUL PILATI

BRASÍLIA — O governo brasileiro pretende dobrar o número de participantes do comitê assessor dos bancos credores privados, aumentando as instituições das atuais 16 para 30. Entre as instituições que já demonstraram interesse em integrar o comitê estão o Banco Nacional de Paris e o Banque de Crédit Généralle, também da França. O número de novos participantes vai depender, entretanto, dos bancos que se disponham a aceitar a nova posição que o Brasil quer assumir nas negociações. Um assessor do Banco Central informou que serão indicados "os bancos mais receptivos às nossas propostas".

Com a ampliação, os negociadores brasileiros pretendem mudar o perfil do comitê. Seguindo o exemplo da Venezuela, os integrantes



Alencar Monteiro/AE - 30.7.87

Cardoso: contra pagar despesas

tes do comitê assessor serão divididos em subcomitês, de acordo com suas disposições em relação à dívida. Dessa forma, seriam colocados em uma mesa os bancos que manteriam as mesmas condições de pagamento e, em outra, os que aceitariam, por exemplo, abater parte da dívida.

"O sistema da Venezuela nos impressionou bastante", disse um técnico. Prevendo essa divisão, que serviria para facilitar as negocia-

ções, o governo brasileiro vai selecionar os novos integrantes do comitê que possam alterar, para melhor, o comportamento dos credores privados.

O comitê assessor foi proposto pelo governo brasileiro em 1982, para facilitar as negociações da dívida. Os atuais 16 bancos participantes representam mais de 700 instituições que emprestaram ao País. Como seria impossível discutir cada débito separadamente, foi formado o comitê. O Banco Central paga todas as despesas dos integrantes, incluindo passagens aéreas e hotéis.

O Senado, que pela Constituição deve regular as negociações de crédito externo, discute algumas restrições ao comitê. Um projeto de resolução apresentado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) proíbe o custeio dos representantes dos bancos. "É como pagar os advogados dos adversários", justifica Cardoso. O Congresso já requereu ao Banco Central o total de gastos com o comitê nestes oito anos de atividade.